



Conselho Geral da ADSE quer acordo com mais privados

Há 1700 prestadores à espera de aderir ao subsistema de saúde. Ministra diz que “decisão ainda não foi tomada”



ADSE, presidida por João Proença, quer mais convenções assinadas

Maria Caetano
maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

SUSTENTABILIDADE O Conselho Geral e de Supervisão da ADSE exigiu uma política de alargamento de convenções, propondo mínimos de cobertura e defendendo critérios que incluam “avaliações de qualidade, prestação de contas fiável e garantias de não discriminação dos beneficiários”. Há 1700 entidades à espera de aderirem, lembrou, e haver uma rede mais reduzida não é sinónimo de poupança.

O órgão liderado por João Proença emitiu um parecer sobre critérios e cláusulas a adotar em novas convenções, propostos pelo conselho diretivo da ADSE.

“É necessária outra política da ADSE para a celebração de convenções que garanta acessibilidade, eficiência e qualidade”, defendeu.

Para o Conselho, o alargamento da rede é prioridade, “não se compreendendo que a mesma esteja congelada desde 2015 por razões que se desconhecem”, e

avança mínimos de cobertura: três prestadores por especialidade em pequenos concelhos; hospitais a uma distância aceitável; e inclusão de prestadores de saúde de referência.

Segundo o organismo, “a existência de um menor número de convenções não é por si uma norma para conduzir a um menor consu-

NEGOCIAÇÕES

Luz recua na ameaça
Depois do grupo José de Mello Saúde (CUF), ontem foi a vez de a Luz Saúde comunicar que não irá suspender convenções com a ADSE a partir de meados de abril. Grupo volta a aceitar consultas.

Sem cedências
Marta Temido, ministra da Saúde, rejeitou ontem a existência de qualquer cedência no processo negocial com os privados. “É evidente que a ADSE não pode desistir de cobrar os 38,8 milhões de euros”.

mo, mas sim uma prática deliberada de não responder adequadamente às necessidades dos beneficiários”. Como está, “a rede é claramente insuficiente”.

O órgão defende que a ADSE deve dar prioridade ao regime convencionado – “é melhor em termos de um adequado controlo com envolvimento de menos recursos humanos” – e os critérios a definir na apreciação dos novos aderentes devem também guiar avaliações regulares sobre as entidades que já estão na rede. Os prestadores de saúde devem ser afastados em caso de más práticas – por exemplo, ao discriminarem pacientes.

Apesar do repto, o Ministério da Saúde não tem resposta para o pedido. A ministra, Marta Temido foi ontem ouvida no Parlamento e reconheceu ter recebido um estudo daquele órgão ADSE sobre o assunto a 7 de dezembro, mas indicou que “a decisão não foi tomada”. “Não posso acrescentar mais nada do que isso neste momento”, disse. ●